



PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Administração Pública		
Departamento: DAE		
Disciplina: Direito Administrativo		Código: 31DIRAD
Carga horária: 72 h/a	Período letivo: 2019-1	Termo: 3º Noturno
Professor: Denise Pinheiro		
Contato: denise.esag@gmail.com		

II. EMENTA

Direito Administrativo: objetivos e conceitos. Administração Pública: princípios e poderes da administração. Atos administrativos. Contratos administrativos: tipologias e aspectos fundamentais. Concessões de Serviço Público. Aspectos jurídicos da intervenção no domínio econômico. Processo administrativo e responsabilidade do Estado. Controle administrativo e judicial da administração.

III. OBJETIVO GERAL

Conhecer o regime jurídico da Administração Pública.

IV. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Examinar a estrutura jurídica da Administração Pública brasileira.
- Estudar a teoria dos atos administrativos, contextualizando-a com o cotidiano da gestão pública.
- Identificar os princípios e poderes da Administração Pública.
- Analisar as categorias de corrupção e os instrumentos jurídicos específicos.
- Categorizar serviço público e estudar o seu regime jurídico.
- Classificar agentes públicos e examinar os principais aspectos constitucionais pertinentes.
- Identificar requisitos operacionais de responsabilidade civil do Estado.
- Analisar as formas jurídicas de controle e participação na Administração Pública.

V. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – Direito Administrativo. Aspectos Preliminares.
Unidade II – Administração Pública – Organização.
Unidade III – Atos Administrativos.
Unidade IV – Poder no âmbito administrativo.
Unidade V – Princípios Constitucionais e de Direito Administrativo.
Unidade VI – Improbidade Administrativa.
Unidade VII – Lei Anticorrupção
Unidade VIII – Aspectos jurídicos do Serviço Público.
Unidade IX – Agentes Públicos.
Unidade X – Responsabilidade civil do Estado.
Unidade XI – Controle e participação na Administração Pública.

VI. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas, desenvolvidas a partir da legislação, doutrina e jurisprudência. Realização de exercícios, de seminários e debates sobre temas de maior interesse a partir de textos, estudos de caso e filmes previamente indicados.

VII. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos:

1. Frequência mínima de 75% das aulas.
2. Resultado obtido nas provas (N1 e N2). Serão realizadas duas provas individuais e escritas para as quais serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez), cada uma delas representando 35% da nota final.
3. Resultado obtido no seminário - N3 (peso 30%) – para o seminário será atribuída uma nota comum à equipe, pelo conteúdo e apresentação, e outra individual, relativa, igualmente ao conteúdo e à apresentação de cada integrante, considerando-se, para tanto, o domínio do conteúdo (análise jurídica contextualizada à realidade da Administração Pública), recursos didáticos e clareza da explanação, obtendo-se, posteriormente, a média para esta avaliação.

OBS: O processo de realização de provas de segunda chamada e/ou exames finais será realizado de acordo com o regulamentado pela UDESC.

VIII. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

Legislação brasileira disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

Roteiros de aula disponibilizados durante a disciplina.

ALEXANDRINO, Marcelo.; PAULO, Vicente,. **Direito administrativo descomplicado.** 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2017. 1168 p.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. **Curso de direito administrativo.** 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016 1151 p.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 32. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. iii, 1346 p.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balesteri; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro.** 41. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2015. 910 p.

COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente,. **Direito constitucional descomplicado.** 16. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: São Paulo: Forense, 2017.

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo.** 4. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017.

CRETELLA JÚNIOR, José. **O desvio de poder na administração pública.** 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 293p.

DALLARI, Adilson Abreu; JUSTEN FILHO, Marçal; SUNDFELD, Carlos Ari; Sociedade Brasileira de Direito Público. **Parcerias público-privadas.** São Paulo: Malheiros, 2005. .



DEZAN, Sandro Lucio. **Ilícito administrativo disciplinar:** da atipicidade ao devido processo legal substantivo. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá Ed., 2015. 232 p.

DEZAN, Sandro Lucio. **Nulidades no processo administrativo disciplinar:** à luz das teorias gerais do processo e do ato administrativo. Curitiba: Juruá Ed., 2017. 467 p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 864 p.

FREITAS, Juarez. **Direito fundamental à boa administração pública.** 3. ed., refund. e aum. São Paulo: Malheiros, 2014.

FREITAS, Thiago Pereira de. **Sustentabilidade e as contratações públicas.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. 178 p.

FURTADO, Lucas Rocha. **As Raízes da corrupção no Brasil:** estudo de casos e lições para o futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2015

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade Administrativa.** 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GASPARINI, Diogenes,. **Direito administrativo.** 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 1101 p.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2005. 863 p.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 1627 p

MARQUES, Mauro Campbell (Coord.). **Improbidade administrativa:** temas atuais e controvertidos. Rio de Janeiro: Forense, 2016 379 p.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno.** 14. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 460 p.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. **Princípios gerais de direito administrativo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. ix, 768p.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.